



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

MANHÃ

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA - ESPECIALIDADE - EXECUÇÃO DE MANDADOS

PROVA ESCRITA OBJETIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

O dicionário de Antônio Houaiss, na pág. 284, registra no verbete “biblioteconomia”: “1. parte da bibliotecologia que trata dos aspectos da armazenagem, do acesso e da circulação das coleções de livros, 2. conjunto de conhecimentos e técnicas necessários à gestão de uma biblioteca. ETIM fr. *bibliothéconomie*.”

Sobre a estruturação e conteúdo desse verbete, é correto afirmar que:

- (A) sendo uma definição, o segmento 1 parte de um termo geral e acrescenta especificações;
- (B) os segmentos numerados mostram, em ordem cronológica, os significados adquiridos pelo termo “biblioteconomia”;
- (C) apesar de veiculado em linguagem culta, o verbete traz um erro de concordância nominal;
- (D) segundo o que se apreende do verbete, a bibliotecologia faz parte da biblioteconomia;
- (E) a informação sobre a etimologia da palavra “biblioteconomia” nos indica o significado dos segmentos componentes do vocábulo.

2

Um conto moderno do escritor paranaense Dalton Trevisan começa com a seguinte frase:

“Primeira noite ele conheceu que Santina não era moça.”

A marca essencial desse segmento que o insere no conjunto dos textos literários de ficção e não entre os textos informativos, é:

- (A) a seleção vocabular de linguagem erudita;
- (B) a absoluta correção gramatical na estruturação das frases;
- (C) o emprego da linguagem popular como sinal de inclusão;
- (D) a presença inicial de termos sem referentes na realidade;
- (E) a necessidade de situar no tempo e no espaço o fato referido.

3

Os textos, independentemente de seu modo de organização, possuem um conjunto de marcas específicas; entre as frases abaixo, aquela que mostra coesão e coerência, é:

- (A) O invisível é real. As almas têm seu mundo;
- (B) A palavra é dom de todos. A sabedoria cabe a Deus;
- (C) Em qualquer abundância há falta;
- (D) A melhor maneira de ir devagar é não ir;
- (E) O caminho que sobe é o mesmo que desce.

4

Em muitas frases podemos optar entre a presença de um termo preposicionado ou de um só vocábulo: tempo de escola = tempo escolar.

A frase abaixo em que o termo preposicionado sublinhado pode ser adequadamente substituído por um só termo, é:

- (A) A sabedoria dos velhos é um grande erro. Não chegam a ser mais sábios, apenas mais prudentes;
- (B) Abraça muito, beije e ria, já que a vida é de graça;
- (C) Tente colocar bom senso na cabeça de um tolo e ele dirá que é tolice;
- (D) O ótimo é inimigo do bom;
- (E) Quem se senta no fundo de um poço vai achar pequeno o céu.

5

Um romance mostra o seguinte segmento:

“Eu pergunto que tipo de história a menina deseja. Ela responde categoricamente que quer uma história de amor e de ficção científica. Então, comecei: ‘Um robô encontra uma jovem...’ Mas ela não me deixa prosseguir. ‘Você não sabe contar histórias’, disse ela. Uma verdadeira história é obrigatoriamente no passado.

- Tá bom, se você quer: “Um robô encontrou uma jovem...”

- Não, tem que ser no passado histórico...

- Bom, lá vai: “Outrora, há muito tempo, um robô muito inteligente, ainda que totalmente metálico, encontrou num baile uma jovem da nobreza. Eles dançaram e ele lhe disse coisas gentis. Ela ficou corada. Ele se desculpou e recomeçaram a dançar. Ela o achou um pouco ousado, mas encantador... Eles se casaram pouco tempo depois, receberam muitos presentes e partiram em viagem de lua de mel.”

Sobre esse fragmento narrativo, é correto afirmar que:

- (A) o aspecto de ficção científica da história narrada se restringe ao personagem robô e a suas ações mecânicas;
- (B) a observação de que uma história deve obrigatoriamente ser narrada no passado é verdadeira, mostrando o conhecimento textual da menina;
- (C) o passado histórico solicitado pela menina foi realizado por meio de expressões de tempo distante e de ambientes literariamente idealizados;
- (D) o texto narrativo produzido pelo narrador mostra a preocupação de limitar-se ao absolutamente essencial do enredo;
- (E) o narrador da versão final da história mostra preocupações de usar a linguagem informal, adequada à pouca idade da leitora.

6

“Numa peça teatral ou romance, uma palavra imprópria é apenas uma palavra: e a impropriedade, seja ou não percebida, não acarreta consequência alguma. Num código legal – especialmente composto de leis tidas como fundamentais – uma palavra imprópria pode ser uma calamidade nacional: e a guerra civil, a consequência disso. De uma palavra tola podem irromper mil punhais.” (Bentham, 1796)

A finalidade básica desse fragmento textual é:

- (A) alertar contra o uso impróprio de palavras, especialmente em textos de grande aplicabilidade social;
- (B) mostrar o uso irresponsável das palavras em textos modernos, mesmo naqueles produzidos por pessoas cultas;
- (C) indicar que a impropriedade vocabular é fruto da inadequação entre o significado da palavra e a situação em que é empregada;
- (D) demonstrar a absoluta necessidade de que os usuários das palavras tenham perfeito conhecimento de seus significados;
- (E) aconselhar que os autores dos textos verifiquem a possibilidade de ambiguidade no uso dos vocábulos a fim de evitarem consequências desastrosas.

7

“O estudo dos textos argumentativos ocupa um lugar importante no ensino de textos. Isso parece amplamente justificado, porque é essencial dominar a argumentação antes de entrar na vida adulta. De um lado, isso permite não se deixar influenciar de maneira inconsciente por aqueles que dominam a argumentação, sejam eles políticos ou publicitários, por exemplo. De outro lado, saber argumentar permite fazer-se entender e realizar seus desejos. Assim, entre dois candidatos a um emprego, se os perfis são idênticos, aquele que sabe argumentar será certamente favorecido.”

Sobre o fragmento argumentativo acima, é correto afirmar que:

- (A) a tese do texto é a de que se deve aprender argumentação antes de entrar-se na vida adulta;
- (B) o primeiro período do texto mostra a opinião do argumentador sobre o tema discutido;
- (C) ao citar políticos e publicitários, o argumentador aponta pessoas que desonestamente manipulam argumentos;
- (D) o argumentador limita-se a citar exemplos, substituindo os argumentos por eles;
- (E) o público-alvo do texto acima é, prioritariamente, os candidatos a alguma entrevista de emprego.

8

Observe o texto argumentativo a seguir.

“No século XXI, a igualdade entre mulheres e homens ainda não é uma realidade. Por que é tão difícil atribuir às mulheres as mesmas posições que aos homens? Não há nenhum motivo por que uma mulher receba salário menor do que o de um homem, se o trabalho é o mesmo. E esse é exatamente o caso. Em nossos dias, na França, com o mesmo tempo de trabalho, mesma seção, mesma categoria profissional, a redução do salário feminino chega a 10%. Do mesmo modo, não é normal que postos de trabalho de mais responsabilidade sejam majoritariamente ocupados por homens. Segundo os dados fornecidos pela Comissão Europeia, na França de 2017, só 33% dos quadros superiores são de mulheres. É mais do que nos Países Baixos e na Grécia (25%), muito mais que em Luxemburgo (18%), mas menos que na Polônia ou na Eslovênia (41%), do que na Hungria ou na Suécia (39%). De qualquer modo, nenhum país da comunidade europeia chega à paridade nesse terreno.”

Sobre o fragmento argumentativo acima, é correto afirmar que:

- (A) o texto não apresenta argumentos em defesa da tese exposta, limitando-se a citar exemplos;
- (B) as estatísticas apresentadas servem para apoiar uma tese contrária à defendida no texto;
- (C) a tese do texto é a de que as mulheres devem receber tratamento igual ao dos homens, no mercado de trabalho;
- (D) os argumentos apresentados no texto são do tipo subjetivo, apoiados basicamente na opinião do argumentador;
- (E) o último período do texto confirma a razão de as mulheres receberem distinção no tratamento profissional.

9

“O que eu poderia fazer para vos demonstrar, senhores, a utilidade da agricultura? Quem atende nossas necessidades? Quem fornece meios para nossa subsistência? Não é o agricultor? O agricultor, senhores, que semeia os campos, faz nascer o trigo, o qual, transformado em farinha e levado para as cidades e aos padeiros, torna-se alimento para os ricos e pobres. Não é ainda o agricultor que alimenta, para nossas roupas, seus rebanhos nas pastagens? Como nos vestiríamos ou nos alimentaríamos sem o agricultor?”

Sobre o fragmento argumentativo acima, é correto afirmar que:

- (A) o argumento utilizado para a defesa da tese é o da autoridade, fundamentada na opinião do argumentador;
- (B) a tese defendida se apoia em dois argumentos, fundamentados no conhecimento livresco dos cidadãos;
- (C) o termo “ainda” mostra a passagem do primeiro para o segundo argumento empregado na defesa da tese;
- (D) a última pergunta do texto tenta convencer o leitor sobre a tese proposta, apoiada na intimidação;
- (E) o convencimento do ouvinte, nesse texto, é feito exclusivamente por meio da racionalidade.

10

Num texto argumentativo, aparecem argumentos e exemplos; a opção abaixo que traz um exemplo e não um argumento, é:

- (A) O dinheiro faz nascer maus sentimentos em relação aos outros homens;
- (B) Tarzan é um dos heróis de ficção mais amados pelos brasileiros;
- (C) O conhecimento do passado é importante para a compreensão do presente;
- (D) Sonhar nos faz suportar a mediocridade da vida cotidiana;
- (E) É indispensável a adoção de um projeto de combate à poluição do meio ambiente.

11

“Se você escolher a cidade como local de residência, você deve estar preparado para escutar a bela música das buzinas e a respirar um ar saudável, enriquecido de fumaça de todas as espécies. Por outro lado, viver no campo é benéfico porque isso permite que você se aproxime da natureza, que escute os belos cantos dos pássaros, sem contar a solidariedade dos vizinhos em caso de aborrecimento ou doença.”

Sobre esse segmento textual, é correto afirmar que:

- (A) a tese defendida no texto é a de que a vida no campo e na cidade apresentam diferentes vantagens;
- (B) o conector “Por outro lado”, empregado entre os dois principais segmentos do texto, indica semelhança entre a vida na cidade e a vida no campo;
- (C) o processo utilizado pelo argumentador na desvalorização da vida na cidade é a ironia;
- (D) os argumentos utilizados na defesa da tese pelo argumentador se apoiam em valores humanos, sociais e econômicos;
- (E) o argumentador apresenta de forma imparcial as vantagens e desvantagens de viver-se no campo e na cidade.

12

Observe o trecho narrativo a seguir, fundamentado na carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal:

“No dia 23 de abril, pela manhã, saímos de nossa nau, preparamos um batel e dirigimo-nos à terra, onde já nos esperavam alguns índios. Reconheci, entre eles, um que, no dia anterior, me dera um colar de penas em troca de algumas contas. Logo a seguir, passamos a caminhar pela areia, ainda que com alguma dificuldade, porque nossos casacos grandes não ajudavam com o calor e nossas botas grossas atrapalhavam nosso andar. Pensava no que nos estaria aguardando mais tarde, depois que passássemos o pequeno rochedo da extremidade da praia, talvez uma tribo inteira ou alguns animais ferozes. Continuamos nossa caminhada.”

Sobre a estruturação desse texto narrativo, é inadequada a seguinte afirmativa:

- (A) a marcação do tempo, no início do texto, é feita de forma direta, pela indicação de uma data;
- (B) certas indicações sobre a cronologia da narrativa aparecem de forma indireta por meio das vestimentas dos personagens;
- (C) o ritmo desse texto inclui uma volta ao passado por meio da lembrança de com quem o narrador havia trocado presentes;
- (D) o ritmo dessa narrativa também inclui uma projeção futura, com os fatos imaginados pelo narrador sobre o que o esperava após o rochedo;
- (E) como narrador onisciente que é, o autor do texto tem o cuidado de informar o leitor sobre os fatos mais importantes da narrativa, principalmente sobre a passagem do tempo.

13

Observe a seguinte frase:

“Deus deve amar os homens medíocres. Fez vários deles.”

Sobre o significado e a estruturação dessa frase, é correto afirmar que:

- (A) o primeiro período funciona como causa do segundo;
- (B) o segundo período é um fato deduzido do primeiro;
- (C) considerando a frase como texto argumentativo, a tese defendida é verbalizada no segundo período;
- (D) o argumento que defende a tese exposta no período é de caráter opinativo;
- (E) em lugar do ponto separando os dois períodos, poderia estar empregado o conector “já que”.

14

A frase abaixo em que a retomada com o pronome pessoal é feita de forma catafórica, ou seja, referindo-se a algo posterior na frase, é:

- (A) Velhice é quando vamos a restaurantes que têm sommeliers, e não aos servidos por garçonetes;
- (B) Ainda que a expulsa com um forçado, a natureza voltará a aparecer;
- (C) Só os poetas e as mulheres sabem usar o dinheiro como ele merece;
- (D) Quando nós o fizermos, nós o teremos;
- (E) Onde aumentam os bens, aumentam aqueles que os devoram.

15

A única frase de construção aceitável, é:

- (A) A seção do equipamento de informática evolui numa velocidade incrível e, a cada ano, eles põem no mercado produtos cada vez mais desenvolvidos.
- (B) A exposição apresenta ao público obras pouco conhecidas, pois eles as produziram no início de suas carreiras.
- (C) A reunião dos operários ocorrerá depois do meio-dia, diante do hospital do bairro. De lá, eles irão bloquear a entrada da fábrica.
- (D) Esta manhã, faltava entusiasmo aos alunos. Então, após a recreação, ele começou seu curso de história, propondo uma discussão interessante.
- (E) Estes aviões servem para o treinamento básico. Devem ser efetuadas ao menos cem horas de voo antes de eles passarem à etapa seguinte.

16

Leia o pequeno texto a seguir.

“Antônio tem sete anos, talvez. Ele sai de um shopping, inteiramente vestido com roupas novas, como para enfrentar uma nova vida. Mas, no momento, ele ainda é uma criança que dá a mão à babá, numa avenida paulista.

Ele não é grande e só vê diante de si pernas de homens e saias muito enfeitadas. No asfalto, centenas de pneus, que rodam ou param diante de policiais nos cruzamentos.”

Sobre a estruturação narrativa desse segmento, é correto afirmar que:

- (A) trata-se do texto inicial de uma narrativa, composto exclusivamente de segmentos descritivos;
- (B) esse fragmento inicial mostra a primeira fase de um enredo, um estado inicial em que ainda não ocorreu a intervenção de um fato transformador, que dê início à narrativa;
- (C) o narrador do segmento é de ponto de vista externo, não participa do enredo e tem olhar onisciente, dominando as informações sobre os personagens;
- (D) o personagem Antônio é descrito por aspectos físicos e psíquicos, de forma exaustiva;
- (E) a localização dos fatos narrados no segmento é feita de forma precisa, com preocupações de justificarem-se fatos futuros.

17

A frase abaixo em que os termos sublinhados caracterizam uma antítese, é:

- (A) O político deve buscar a aprovação, porém jamais o aplausos;
- (B) Com os pequenos, o governo ruge como um leão; com os grandes, mia como um gato;
- (C) A diferença entre o presidente Clinton e mim é que ele tem contra si uma maioria organizada e eu tenho a favor uma maioria desorganizada;
- (D) A extensão é o sinal do meu poderio. O tempo é o sinal da minha impotência;
- (E) O que é lei hoje não o é amanhã.

18

Todos os pensamentos abaixo são compostos de dois segmentos, separados por um ponto. A relação lógica entre esses segmentos que é corretamente indicada, é:

- (A) A ostra pode não ser um modelo de beleza. A ostra é sempre uma esperança de pérola / relação de oposição;
- (B) O elefante deixa-se acariciar. O piolho, não / relação de explicação;
- (C) Eu adoro répteis. Eles têm uma pele maravilhosa / relação de comparação;
- (D) Gatos nos olham com superioridade. Cachorros nos olham com docilidade / relação de conformidade;
- (E) Eu prefiro a companhia dos animais. Eles são muito mais simples / relação de causa e consequência.

19

Abaixo estão cinco frases com um termo sublinhado que foi retomado a seguir por um termo que sintetiza o elemento anterior sublinhado; a opção em que a retomada é feita de forma distinta, é:

- (A) João Bruno convidou Fabíola para o espetáculo que ele montou com os colegas da empresa. Este ano, trata-se de uma revista musical.
- (B) Foi necessária uma hora para chegar à autoestrada, depois andamos lentamente durante duas horas. Infelizmente essa situação se repete com frequência.
- (C) Para fazer um bom trabalho, seria necessário retirar as velhas telhas, limpar cuidadosamente a superfície e colocar novas. Nas atuais circunstâncias, essa solução fica sendo a mais realista.
- (D) Sérgio se opôs repentinamente à modificação proposta. Sua atitude surpreendeu a muitos.
- (E) Havia no horizonte campos e campos de milho e trigo, com espaços aqui e ali de áreas reservadas a cultivos experimentais. Essa plantação era verdadeiramente impressionante.

20

Observe o texto predominantemente descritivo a seguir.

“Depois de ter passado o sinal de trânsito da esquina, eu perdi de vista a catedral. Eu não via mais que árvores. Atrás delas apareciam as chaminés das usinas. Alguns quilômetros mais adiante, eu percebi com alívio os primeiros prédios da cidade universitária. Dois estudantes com que cruzei na estrada me olharam de forma curiosa. Tinham as mãos nos bolsos e pareciam sentir muito frio debaixo de seus pesados sobretudos.”

Em relação ao texto descritivo acima, é correto afirmar que:

- (A) não estão em movimento nem o observador nem os objetos da descrição;
- (B) a descrição é feita com base nos sentidos da visão e do tato;
- (C) nesse texto, as limitações no ato de descrever são causadas pelo distanciamento em relação ao que é descrito;
- (D) o observador responsável pela descrição não interfere com o que é por ele descrito;
- (E) a finalidade básica dessa descrição é identificar economicamente o local observado.

Legislação Específica

21

Eliane, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo, em atuação em determinado órgão do Poder Executivo do Estado do Amapá, consultou o Departamento de Recursos Humanos em relação à possibilidade de requerer a sua “movimentação”, a pedido, para outro órgão do Poder Executivo.

Na situação descrita na narrativa, a “movimentação” almejada por Eliane é:

- (A) admitida, sendo denominada remoção;
- (B) admitida, sendo denominada realocação;
- (C) admitida, sendo denominada transferência;
- (D) denominada relocação e tem sempre caráter temporário;
- (E) expressamente vedada, por importar em burla à exigência de prévia aprovação em concurso público.

22

Olga ocupa o cargo de juíza de direito auxiliar no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amapá, enquanto Renata ocupa o cargo de juíza de direito substituta no âmbito da mesma estrutura de poder.

A partir da análise da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amapá, é correto concluir que:

- (A) ambas podem assistir o corregedor-geral;
- (B) Olga pode servir em qualquer comarca do Estado do Amapá;
- (C) Renata pode ter domicílio e residência em qualquer cidade do Estado do Amapá;
- (D) ambas podem ser designadas, pelo presidente do tribunal, para dirimir conflitos agrários;
- (E) ambas, no momento oportuno, serão promovidas para varas das comarcas de primeira entrância.

23

Hélio, líder comunitário no Estado do Amapá, tinha interesse em mobilizar a população visando à apresentação, à Assembleia Legislativa, de um projeto de lei de iniciativa popular.

Ao analisar a Constituição do Estado do Amapá, Hélio concluiu, corretamente, que:

- (A) o projeto de lei deve ser assinado por, no mínimo, 1% dos eleitores do Estado;
- (B) a iniciativa popular se dá por meio dos deputados estaduais, representantes eleitos pela população;
- (C) o projeto de lei deve ser assinado por, no mínimo, 3% dos eleitores do Estado, distribuídos pelo menos por cinco municípios;
- (D) a apresentação de projeto de lei não é possível, embora se possa submeter proposta de emenda constitucional por iniciativa parlamentar;
- (E) o projeto alvitado não só pode ser apresentado como ainda é garantida a sua defesa em plenário por um dos cidadãos subscritores, na forma do Regimento Interno da Assembleia.

24

João, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amapá, possuía diversos elogios em seus assentamentos funcionais, todos destacando o elevado nível de eficiência no exercício de suas funções, alcançando níveis de produtividade bem superiores aos dos demais servidores. Por tal razão, decidiu verificar a possibilidade de vir a receber a denominada gratificação prêmio de produtividade.

Ao analisar o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amapá, João concluiu, corretamente, que a referida gratificação:

- (A) é devida aos servidores cujas funções tenham indicadores de produtividade;
- (B) é devida aos ocupantes dos cargos de fiscal de tributos e auxiliar de fiscal;
- (C) é paga apenas aos servidores vinculados ao Poder Executivo, não aos servidores do poder Judiciário;
- (D) pode ser recebida pelos servidores de todas as estruturas de poder do Estado do Amapá, atendidos os requisitos regulamentares;
- (E) é devida aos ocupantes dos cargos de agente administrativo de arrecadação e fiscalização, somente nos segmentos operacional, tributário e financeiro.

25

João e Maria, respectivamente juiz de direito e juíza de direito auxiliar do Poder Judiciário do Estado do Amapá, almejavam, em determinado momento da carreira, ser promovidos, pelo critério de antiguidade, ao cargo de desembargador, passando a atuar junto ao Tribunal de Justiça.

Ao analisarem a Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amapá, concluíram corretamente que:

- (A) ambos podem concorrer ao cargo de desembargador, independentemente da entrância em que se encontrem;
- (B) ambos, caso sejam integrantes da terceira entrância, terão a antiguidade computada em igualdade de condições;
- (C) somente Maria pode concorrer ao cargo de desembargador, não João, já que este último se encontra em classe inferior da carreira;
- (D) somente João pode concorrer ao cargo de desembargador, não Maria, já que esta última se encontra em classe inferior da carreira;
- (E) ambos podem concorrer ao cargo de desembargador, desde que se encontrem na entrância final da carreira e ocupem o terço final da lista de antiguidade.

26

Lúcia, servidora do Poder Judiciário do Estado do Amapá, atua no gabinete do desembargador Felipe, tendo tomado conhecimento de que esse magistrado fora designado para atuar em uma comissão do Tribunal.

Ao analisar o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Amapá, Lúcia concluiu, corretamente, que:

- (A) a designação admite recusa, se for apresentado motivo justificado;
- (B) a comissão, se temporária, deve funcionar de modo ininterrupto pelo período mínimo de doze meses;
- (C) a comissão será presidida pelo desembargador indicado pelo presidente do Tribunal, responsável pelas designações;
- (D) a atuação em tela pode ocorrer junto a uma das quatro comissões permanentes ou mesmo junto a uma comissão temporária;
- (E) a designação ocorreu por ato do Plenário do Tribunal, sendo que a atuação ocorrerá perante uma comissão temporária, considerando a extinção das comissões permanentes.

27

O órgão competente do Poder Executivo do Estado do Amapá concluiu o cálculo das cotas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), que são devidas aos Municípios.

Na sistemática estabelecida pela Constituição do Estado do Amapá, é correto afirmar que os referidos cálculos devem:

- (A) ser submetidos à homologação do Tribunal de Contas do Estado;
- (B) ser usados para subsidiar a imediata transferência dos valores ao Fundo de Participação dos Municípios;
- (C) ser informados à Assembleia Legislativa do Estado, de modo que a Comissão de Finanças Públicas seja cientificada do seu teor;
- (D) ser utilizados para a imediata realização da transferência obrigatória, dos respectivos valores, aos Municípios beneficiados;
- (E) ser submetidos à apreciação do Comitê Federativo e, em caso de não impugnação, direcionar a transferência dos respectivos valores aos Municípios beneficiados.

28

Joana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amapá, tinha herdado diversas propriedades e participações acionárias em razão do falecimento de um ascendente. Por tal razão, almejava fruir a licença para tratar de interesses particulares.

Ao analisar o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amapá, Joana concluiu, corretamente, que:

- (A) a concessão de licenças dessa natureza é expressamente vedada, já que o interesse público pretere o individual;
- (B) o(a) servidor(a) tem o direito subjetivo à fruição da referida licença, pelo período indicado em lei, a cada decênio de atuação funcional ininterrupta;
- (C) a licença não pode perdurar por tempo superior a um ano, só podendo ser renovada depois de decorrido um ano do término da licença anterior;
- (D) a concessão da licença está sujeita ao juízo da administração, sendo admitido que, em caso de interesse público comprovado, seja interrompida;
- (E) Joana não terá a possibilidade de desistir da licença durante o período de fruição, tal qual fora estabelecido pela administração, uma vez concedida licença.

29

Lurdes, servidora do Poder Judiciário do Estado do Amapá, foi instruída a se apresentar ao coordenador da Central de Conciliação da Comarca ZW.

Ao analisar a Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amapá, Lurdes concluiu, corretamente, que o referido coordenador é:

- (A) o juiz de direito diretor do Fórum;
- (B) o juiz de direito mais antigo da Comarca;
- (C) o servidor designado pelo corregedor-geral da Justiça;
- (D) o juiz auxiliar designado pelo Pleno do Tribunal, observados os termos do respectivo edital;
- (E) o juiz de direito designado pela Presidência do Tribunal, que atuará sem prejuízo de suas atribuições normais.

30

Francisco, servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amapá, sofreu representação, perante o órgão competente, no qual era noticiada a prática de uma infração disciplinar.

Após analisar o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amapá, a autoridade máxima do referido órgão concluiu, corretamente, que Francisco:

- (A) pode responder a processo disciplinar nos mesmos termos do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, estando suscetível, ainda, às mesmas sanções;
- (B) pode sofrer a sanção de destituição do cargo em comissão, caso pratique infração sujeita à penalidade de suspensão ou de demissão;
- (C) caso seja condenado em processo disciplinar, somente pode sofrer a medida de exoneração do cargo em comissão;
- (D) não pode responder a processo disciplinar, já que é ocupante de cargo em comissão, logo, demissível *ad nutum*;
- (E) pode sofrer a sanção de demissão na hipótese de prática de crime ou de abandono do cargo.

Conhecimentos Específicos

31

O governador do Estado Alfa, entusiasta da cultura nacional, solicitou que um assessor imediato elaborasse breve resumo, consoante a disciplina estabelecida pela Constituição da República, a respeito da estruturação do Sistema Nacional de Cultura. Em suas reflexões iniciais, o assessor concluiu que:

- (1) a regulamentação desse Sistema deve ser disciplinada em lei complementar federal;
- (2) o Sistema deve ser organizado em regime de colaboração; e
- (3) os entes federativos atuam a partir da descentralização desse Sistema, não contando com sistemas de cultura próprios.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, é correto afirmar, em relação às conclusões do assessor, que:

- (A) apenas as conclusões 1 e 2 estão certas;
- (B) apenas as conclusões 1 e 3 estão certas;
- (C) apenas a conclusão 2 está certa;
- (D) apenas a conclusão 3 está certa;
- (E) todas estão certas.

32

O Tribunal de Contas da União recebeu, para fins de registro, processo administrativo afeto à concessão de aposentadoria voluntária a Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo federal. A aposentadoria tinha sido concedida há alguns anos e, após o processo administrativo ingressar no Tribunal de Contas, ficou paralisado por mais alguns anos.

À luz dessa narrativa e da sistemática constitucional, é correto afirmar que a análise inicial do processo administrativo, pelo Tribunal de Contas:

- (A) pode ser realizada com abstração do número de anos decorridos desde a concessão da aposentadoria ou desde o ingresso dos autos no referido Tribunal;
- (B) não pode ser realizada após o decurso de cinco anos, contados a partir da publicação do ato de concessão da aposentadoria;
- (C) deve ser realizada antes do decurso do lapso temporal de dez anos, contados da publicação do ato de concessão da aposentadoria;
- (D) não pode ser realizada após o decurso de cinco anos, contados do ingresso dos autos no referido Tribunal;
- (E) deve ser realizada antes de decorrido um ano, contado da publicação do ato de concessão da aposentadoria.

33

João e Pedro, presidentes, respectivamente, dos diretórios nacionais dos Partidos Políticos Alfa e Beta, iniciaram negociações em relação à possível celebração de uma coligação para a disputa das eleições.

Após o final de suas reflexões, concluíram corretamente, sem prejuízo da celebração da coligação para a disputa de outros cargos, que essa espécie de aliança era possível para a disputa:

- (A) do cargo de senador, não havendo necessidade de vinculação com candidaturas em âmbito estadual ou distrital;
- (B) do cargo de presidente da República, o que exigiria a sua reprodução para a disputa dos cargos de governador;
- (C) dos cargos de deputado federal, não havendo vinculação com as candidaturas de deputado estadual e distrital;
- (D) de cargos de âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, sendo obrigatório que se reproduza entre todos os cargos em disputa no respectivo nível federativo;
- (E) de cargos apenas do Poder Executivo, não havendo necessidade de vinculação com candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

34

Em uma gincana jurídica, os grupos Alfa, Beta e Gama tinham que analisar a compatibilidade, ou não, do instituto da delegação com as competências constitucionais do presidente da República. O grupo Alfa entendeu que essas competências são indelegáveis. O grupo Beta defendeu que algumas dessas competências são delegáveis, sendo que os potenciais delegatários, indicados pela ordem constitucional, estão diretamente subordinados ao presidente da República. O grupo Gama, por sua vez, sustentou que apenas as competências expressamente indicadas pela ordem constitucional são delegáveis.

Após analisar as explicações dos grupos envolvidos na gincana, os jurados concluíram, corretamente, que:

- (A) apenas as explicações dos grupos Beta e Gama estão certas;
- (B) apenas a explicação do grupo Gama está certa;
- (C) apenas a explicação do grupo Beta está certa;
- (D) apenas a explicação do grupo Alfa está certa;
- (E) todas estão erradas.

35

Maria, oficial da Polícia Militar no Estado Beta, iniciou estudos com o objetivo de ser aprovada em outro concurso público, de modo a aumentar a sua renda. No decorrer dos seus estudos, superou uma antiga dúvida em relação à possibilidade, ou não, de vir a ocupar um cargo público de provimento efetivo junto à Administração Pública enquanto militar estadual da ativa.

Maria concluiu, corretamente, que:

- (A) a acumulação pretendida é vedada enquanto estiver na ativa;
- (B) a acumulação pretendida é admitida desde que ocorra no âmbito do Estado Beta;
- (C) as regras gerais de acumulação afetas à generalidade dos servidores públicos são aplicadas aos militares estaduais, com prevalência da atividade militar;
- (D) os militares federais podem acumular cargos públicos, não os estaduais, mas deve haver compatibilidade de horários e prevalência da atividade militar;
- (E) a acumulação pressupõe que o outro cargo tenha natureza militar, no âmbito do Estado Beta, ou das Forças Armadas, observada a compatibilidade de horários e o teto remuneratório.

36

João, procurador-geral do Estado Alfa, observou que o Estado Beta editou a Lei nº X, que era flagrantemente contrária a uma norma programática veiculada pela Constituição da República. Ao avançar em sua análise, constatou que a União ainda não tinha editado uma lei a respeito da temática, que se enquadra no âmbito da competência legislativa concorrente.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que:

- (A) a lei a ser editada pela União terá a natureza de norma interposta, sendo indispensável na avaliação da constitucionalidade da Lei nº X;
- (B) o Estado Alfa pode ingressar com ação direta de inconstitucionalidade, tendo por objeto a Lei nº X, do Estado Beta, desde que demonstre a pertinência temática;
- (C) como a eficácia da norma constitucional programática ainda não foi integrada pela legislação infraconstitucional, ela não pode ser utilizada como paradigma de confronto em uma ação direta de inconstitucionalidade;
- (D) a eficácia plena da norma constitucional é requisito indispensável à sua utilização como paradigma de confronto na ação direta de inconstitucionalidade, mas isto não obsta que princípios implícitos sejam utilizados com a mesma funcionalidade;
- (E) o fato de a Lei nº X afrontar norma constitucional, mesmo que de natureza programática, cuja eficácia ainda não foi integrada pela legislação infraconstitucional, não obsta a sua utilização como paradigma de confronto em ação direta de inconstitucionalidade.

37

Ana, cientista política, ao verificar a possibilidade de utilização dos institutos do estado de defesa e do estado de sítio para contornar uma comoção grave de repercussão nacional, concluiu corretamente que, nessa hipótese:

- (A) somente é cabível a decretação do estado de sítio;
- (B) somente é cabível a decretação do estado de defesa;
- (C) o presidente da República tem discricionariedade para optar por uma ou outra das referidas medidas;
- (D) há um escalonamento entre as referidas medidas, de modo que se deve iniciar pelo estado de defesa e, caso seja ineficaz, avançar-se para o estado de sítio;
- (E) a comoção referida na narrativa, desacompanhada de risco para a segurança nacional, não autoriza a decretação do estado de defesa ou do estado de sítio.

38

No início do corrente ano, Pedro, deputado estadual na Assembleia Legislativa do Estado Alfa, realizou estudos a respeito da viabilidade atuarial e financeira de ser apresentada proposição legislativa criando um regime próprio de previdência social para os servidores públicos em atuação no território do referido ente federativo.

Ao fim de suas reflexões, Pedro concluiu, corretamente, que:

- (A) a iniciativa legislativa da proposição é do governador do Estado;
- (B) é vedada a criação de regime próprio de previdência social pelo Estado Alfa;
- (C) o regime próprio, enquanto subdivisão funcional do regime geral de previdência social, somente pode ser criado pela União;
- (D) o regime próprio pode ser criado, mas deve abranger apenas os servidores públicos estaduais, não a generalidade dos servidores públicos em atuação no território do Estado;
- (E) a criação do regime próprio está condicionada à presença de superávit financeiro, considerando as contribuições realizadas para o regime geral e os benefícios previdenciários pagos.

39

Mais de vinte anos após a Constituição da República de 1988, o Estado Ômega fez editar a Lei XYZ, que extinguiu certo cargo de nível médio e promoveu a ascensão dos respectivos servidores para cargo de nível superior, em violação ao disposto no Art. 37, II, da Lei Maior e na Súmula Vinculante nº 43. Passados mais de cinco anos da edição da aludida norma, as autoridades competentes questionam a viabilidade de exercer a autotutela na aludida situação de flagrante inconstitucionalidade.

Diante dessa situação hipotética, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- (A) a gravidade do vício de flagrante inconstitucionalidade afasta o prazo decadencial para o exercício da autotutela na situação descrita;
- (B) a Administração tem o dever de ir a juízo pleitear a revogação dos aludidos atos flagrantemente inconstitucionais, ainda que ultrapassado o prazo de cinco anos;
- (C) a prescrição da pretensão de invalidar as ascensões decorrentes da Lei em questão operou-se, no âmbito da autotutela, diante do transcurso do prazo de cinco anos;
- (D) a anulação das ascensões em questão não pode ser realizada em decorrência da aplicação da teoria do fato consumado, a despeito da verificação da prescrição ou da decadência;
- (E) o direito da Administração de invalidar as ascensões decorrentes da lei em questão no âmbito da autotutela está fulminado pela decadência, na medida em que foi transcorrido o prazo de cinco anos para tanto.

40

Preocupada com o tratamento de seus dados pessoais por determinado órgão público, Mônica quis tomar ciência dos direitos consagrados pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) ao titular de tais dados junto ao controlador, vindo a concluir que, dentre eles, está expressamente consagrado que, a qualquer momento e mediante requisição, ela tem o direito de obter:

- (A) anonimização, bloqueio ou eliminação de dados, exceto se tratados em desconformidade com o disposto na mencionada lei;
- (B) confirmação da existência do tratamento e acesso aos dados, sendo, no entanto, a correção restrita de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- (C) informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento, salvo quanto às consequências de tal negativa, expressamente especificadas na norma de regência;
- (D) eliminação dos dados pessoais tratados com o seu consentimento, inclusive para as hipóteses em que a lei admite, excepcionalmente, a sua conservação;
- (E) revogação do consentimento, a qualquer momento, mediante sua manifestação expressa, por procedimento gratuito e facilitado, ratificados os tratamentos realizados sob amparo do consentimento anteriormente manifestado enquanto não houver requerimento de eliminação.

41

Em decorrência de um evento climático que resultou em súbitas enchentes que importaram na destruição de bairros inteiros do Município Alfa, com vistas a tomar as primeiras providências, a autoridade local competente acordou verbalmente com a sociedade Belezoca, sem licitação, a prestação de serviços de pequena monta, de pronta execução e pagamento, com vistas a iniciar a limpeza das localidades mais afetadas, para o que foi acordado o montante de R\$ 6.000,00, um pouco abaixo dos valores de mercado, sendo certo que a atividade acordada foi realizada pela mencionada sociedade.

Considerando que existem outras sociedades na localidade que poderiam realizar a atividade, o que viabilizaria a competição, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a avença realizada é:

- (A) lícita e legítima, por se tratar de hipótese de contratação direta por inexigibilidade de licitação, em decorrência das circunstâncias narradas;
- (B) nula e de nenhum efeito, de modo que a autoridade competente não deve pagar pelos serviços em questão, ainda que tenham sido executados;
- (C) passível de convalidação, apenas se sucedida de decreto de calamidade para fins de caracterização da dispensa de licitação nas circunstâncias narradas;
- (D) excepcionalmente considerada válida, em decorrência de se tratar de serviço de pronta execução e pagamento nos limites estabelecidos em lei;
- (E) inválida, devendo a sua nulidade ser declarada com efeitos retroativos, independentemente do interesse público envolvido, mediante pagamento do que fora executado pelo contratado.

42

Ao apreciar um caso concreto em que houve a majoração da remuneração de todos os servidores públicos do Estado Delta, determinada pela Lei XYZ, cujo projeto foi de iniciativa do deputado João, o Tribunal de Contas do respectivo Estado entendeu que seria necessário reconhecer a inconstitucionalidade formal da norma com efeitos *erga omnes* e vinculantes para toda a Administração Pública.

Acerca dessa situação hipotética, à luz da orientação do STF, é correto afirmar que a mencionada Corte de Contas:

- (A) tem atribuição para declarar a inconstitucionalidade formal da Lei XYZ com efeitos *erga omnes* e vinculantes;
- (B) poderia apenas reconhecer incidentalmente eventual vício material de inconstitucionalidade, mas não vício formal;
- (C) não tem como reconhecer a inconstitucionalidade da Lei XYZ, que não possui qualquer vício formal na situação descrita;
- (D) poderia reconhecer a inconstitucionalidade incidentalmente, sem que a decisão pudesse extrapolar os efeitos concretos e interpartes;
- (E) não tem atribuição para reconhecer a inconstitucionalidade da norma, nem mesmo para solucionar incidentalmente o caso concreto que venha a ser apreciado.

43

Joel, ex-prefeito do Município Cravo, em conluio com a sociedade Rosa praticou diversas condutas que caracterizam atos lesivos à Administração Pública e atos de improbidade administrativa.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 12.846/2013 e na Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que:

- (A) a sociedade Rosa, por não ser agente público, não pode responder com base na Lei Anticorrupção;
- (B) ambos respondem com base na Lei Anticorrupção e na Lei de Improbidade Administrativa, não havendo que se cogitar a ocorrência *bis in idem*;
- (C) apenas Joel responde com base na Lei de Improbidade Administrativa, cujas penalidades serão aplicadas pela autoridade administrativa competente, após o devido processo administrativo;
- (D) apenas a sociedade Rosa responde com base na Lei Anticorrupção, que prevê exclusivamente a responsabilização das pessoas jurídicas na esfera administrativa, não havendo possibilidade de responsabilização judicial;
- (E) a sociedade Rosa pode responder na esfera judicial com base na Lei Anticorrupção e na Lei de Improbidade Administrativa, sendo certo que as sanções dessa última Lei não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à Administração Pública, vigorando o princípio de vedação ao *bis in idem*.

44

Amanda, estrangeira, que não é servidora pública, filiou-se a uma organização terrorista internacional e, com o auxílio de comparsas que trabalhavam em determinada empresa aérea no Brasil, conseguiu levar os petrechos necessários para construir e explodir uma bomba em determinado avião, de matrícula brasileira e operado por empresa brasileira de transporte aéreo público. Após o trágico atentado, que ocorreu no espaço aéreo internacional, a aludida organização reivindicou o ato terrorista perpetrado.

Considerando a situação descrita e a temática atinente à responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que:

- (A) o ato terrorista em questão constitui fato exclusivo de terceiro, de modo que a União não pode assumir as despesas decorrentes de responsabilidade civil pelo evento em análise;
- (B) não há o nexo de causalidade necessário para que a União possa assumir as despesas de responsabilidade civil, pois os entes federativos apenas respondem pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros;
- (C) a União está autorizada, na forma e critérios estabelecidos pelo Poder Executivo, a assumir despesas de responsabilidades civis perante terceiros na hipótese de danos a bens e pessoas em decorrência de atos terroristas nas circunstâncias descritas;
- (D) a União não pode assumir as despesas por danos decorrentes de responsabilidade civil pelo atentado em questão, na medida em que o evento não ocorreu em território nacional, mas no exterior;
- (E) a União não pode assumir as despesas por danos decorrentes de responsabilidade civil pelo atentado em questão, na medida em que Amanda é estrangeira.

45

Ao estudar as modalidades de intervenção do Estado na propriedade à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Juliano verificou que a Corte Superior tem o entendimento de que NÃO pode recair sobre bens públicos:

- (A) tombamento;
- (B) desapropriação;
- (C) ocupação temporária;
- (D) limitação administrativa;
- (E) requisição administrativa.

46

Giulia tomou empréstimos de três instituições financeiras distintas, cujas parcelas somam mais de 70% de seus vencimentos como funcionária pública. Além disso, os gastos com plano de saúde, escola para seu filho de 6 anos, aluguel e contas domésticas fazem com que não tenha dinheiro sequer para seu lazer.

É correto afirmar que a situação descrita caracteriza:

- (A) insolvência civil;
- (B) estado de perigo;
- (C) concurso de créditos;
- (D) superendividamento;
- (E) incapacidade relativa por prodigalidade.

47

Zé Goiaba, pequeno agricultor do Amapá, adquiriu, para ajudá-lo em sua produção, um trator. Ocorre que, três meses depois, verificou que a máquina apresentava um problema no comando hidráulico, o que forçava a reposição frequente de óleo, daí o impedimento à sua utilização.

Diante da situação descrita, é correto afirmar que:

- (A) o Código de Defesa do Consumidor não é aplicável, porque Zé Goiaba não é o destinatário final do trator, na medida em que o utiliza em sua produção;
- (B) o prazo prescricional aplicável é quinquenal, nos termos do Art. 27 do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de fato do serviço;
- (C) o prazo decadencial nonagesimal do Art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor, incide, por se tratar de vício do produto;
- (D) Maria Goiaba, esposa de Zé, terá legitimidade para reclamar os danos por ela sofridos, na qualidade de consumidora por equiparação (*bystander*);
- (E) a inversão *ope legis* do ônus da prova ocorrerá em caso de demanda judicial, cabendo ao fornecedor comprovar que o vício não existiu ou que decorreu de má utilização de Zé Goiaba.

48

Pedro financiou a aquisição de um veículo seminovo. Em garantia, alienou-o fiduciariamente ao banco. Depois da terceira prestação, cessaram os pagamentos. A instituição financeira, então, remeteu notificação à sua residência, com aviso de recebimento. A diligência, enviada para o endereço informado na contratação, resultou negativa, por ausência do destinatário quando da tentativa de entrega. Mesmo assim, dias depois, a credora ingressou com demanda de busca e apreensão do bem, com pedido liminar.

Nesse caso, é correto afirmar que a mora:

- (A) decorre do mero inadimplemento, de modo que a notificação era prescindível;
- (B) decorre do mero inadimplemento, mas a notificação é imprescindível para comprová-la, o que é atendido com a mera expedição, ainda que o destinatário esteja ausente no momento da entrega;
- (C) não decorre do mero inadimplemento, de modo que a notificação é imprescindível para constituí-la, o que é atendido com a mera expedição, ainda que o destinatário esteja ausente no momento da entrega;
- (D) decorre do mero inadimplemento, mas a notificação é imprescindível para comprová-la; no entanto, ainda que seja desnecessário o recebimento pessoal pelo destinatário, a devolução por motivo de ausência não é suficiente para demonstrá-la;
- (E) não decorre do mero inadimplemento, de modo que a notificação é imprescindível para constituí-la; nesse sentido, ainda que seja desnecessário o recebimento pessoal pelo destinatário, a devolução por motivo de ausência não é suficiente para demonstrá-la.

49

Bruce (85 anos) viajava de avião com sua esposa Marta (50 anos) e seu filho Olívio (17 anos) quando pane elétrica causou a queda da aeronave com a morte de todos os passageiros. Deixaram outra filha comum, Olívia, e dois netos, filhos de Olívio.

Nesse caso, à luz das normas do Código Civil, é correto afirmar que se presume:

- (A) Bruce ter morrido antes, por ser mais velho;
- (B) Bruce e Marta terem morrido antes, para que a herança passasse a Olívio e, depois, aos netos;
- (C) Olívio ter falecido antes, para que não haja direito sucessório entre os envolvidos;
- (D) todos terem falecido ao mesmo tempo, sem direitos sucessórios entre eles;
- (E) todos terem falecido ao mesmo tempo, sendo os direitos sucessórios entre eles regulados nos termos do Art. 1.829 do Código Civil.

50

Na responsabilidade civil, o princípio da reparação integral (*restitutio in integrum*) é quase absoluto, com raras exceções. Está enunciado no Art. 944 do Código Civil:

“Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano”.

Esse princípio deve, portanto, ser observado mesmo quando:

- (A) há excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e os danos provocados;
- (B) o herdeiro é chamado a responder por ato do falecido que deixou herança inferior ao valor da dívida;
- (C) o adolescente é chamado a responder pelos prejuízos que causar, porque seus pais não dispõem de recursos para indenizar a vítima;
- (D) o ofendido por injúria não consegue comprovar os prejuízos materiais sofridos;
- (E) há cláusula limitativa de responsabilidade, estabelecida em contrato paritário.

51

Geilda morava em uma mansão em Macapá. Quando sua filha Geruza casou, permitiu que ela construísse, sobre a superfície superior, um segundo andar que passou a ser moradia do casal, inclusive com matrícula própria no Registro Geral de Imóveis.

O caso descrito caracteriza:

- (A) benfeitoria útil;
- (B) multipropriedade;
- (C) direito real de laje;
- (D) condomínio edilício;
- (E) direito de superfície.

52

Cecília é filha de Eric, que não trabalha nem recebe qualquer renda. Em execução de alimentos, depois de anos tentando forçar Eric ao pagamento da pensão, pretende redirecionar a cobrança a seus avós paternos.

Nesse caso, é correto afirmar que a pretensão deve ser:

- (A) rechaçada, porque o ordenamento brasileiro não contempla os alimentos avoengos;
- (B) acolhida, cabendo aos avós paternos obrigação solidária e no mesmo valor imposto a Eric;
- (C) acolhida, com a ressalva de que cabe aos avós paternos obrigação subsidiária e complementar;
- (D) acolhida, com a ressalva de que cabe aos avós paternos obrigação subsidiária e no mesmo valor imposto a Eric (integral);
- (E) acolhida, com a ressalva de que cabe aos avós paternos obrigação solidária e no mesmo valor imposto a Eric (integral).

53

No que concerne à citação, é correto afirmar que:

- (A) a sua nulidade não pode ser suprida pelo comparecimento espontâneo do réu;
- (B) tem por escopo convocar o réu para integrar a relação processual, mas não o executado;
- (C) a sua efetivação de maneira válida, caso ordenada por juízo relativamente incompetente, não torna litigiosa a coisa;
- (D) pode ser efetivada pelo correio, ainda que o citando seja pessoa jurídica de direito público;
- (E) pode ser efetivada por edital caso o país recuse o cumprimento de carta rogatória.

54

Depois de ter sido regularmente citado, pretende o réu apresentar peça contestatória na qual, sem prejuízo da defesa de mérito que reputar pertinente, suscite o descabimento da gratuidade de justiça deferida à parte autora e o equívoco do valor atribuído à causa na petição inicial.

Para tanto, caberá ao demandado:

- (A) arguir ambos os temas como questões preliminares em sua contestação;
- (B) limitar-se a deduzir a defesa de mérito em sua contestação, dada a vedação na lei à arguição de ambos os temas;
- (C) impugnar o valor da causa como preliminar de contestação e ofertar o incidente de impugnação à gratuidade de justiça;
- (D) impugnar a gratuidade de justiça como preliminar de contestação e ofertar o incidente de impugnação ao valor da causa;
- (E) ofertar, sem prejuízo da contestação, os incidentes de impugnação à gratuidade de justiça e de impugnação ao valor da causa.

55

Julgado improcedente o pedido formulado em sua petição inicial, a parte autora interpôs recurso de apelação, o qual, depois de observados os trâmites legais, subiu ao órgão *ad quem*.

Distribuído o recurso a um órgão fracionário do Tribunal, o desembargador a quem coube a sua relatoria monocraticamente lhe negou provimento, em decisão cujos argumentos violavam legislação federal infraconstitucional.

Pretendendo impugnar o provimento relatorial, deverá o demandante manejar:

- (A) recurso extraordinário;
- (B) recurso especial;
- (C) agravo interno;
- (D) agravo de instrumento;
- (E) recurso ordinário constitucional.

56

Proferida sentença em desfavor do réu, pessoa incapaz e a quem havia sido deferido o benefício da gratuidade de justiça, o órgão da Defensoria Pública, que lhe patrocinava a causa, manejou recurso de apelação depois de transcorridos vinte dias úteis a partir de sua intimação pessoal, e sem recolhimento do preparo.

Por sua vez, o órgão do Ministério Público, que atuava no feito como fiscal da ordem jurídica, também se decidiu por interpor apelação, o que fez depois de transcorridos vinte e cinco dias úteis a partir de sua intimação pessoal, e, da mesma forma, sem efetivação do preparo.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) ambos os apelos merecem ser conhecidos;
- (B) nenhum dos apelos merece ser conhecido, diante da falta de preparo;
- (C) nenhum dos apelos merece ser conhecido, diante de sua intempestividade;
- (D) só merece ser conhecido o apelo ministerial, diante da intempestividade do recurso da Defensoria Pública;
- (E) só merece ser conhecido o apelo da Defensoria Pública, diante da intempestividade do recurso ministerial.

57

Caio intentou ação em face de Tício, pedindo a anulação de uma cláusula do contrato que ambos haviam celebrado. A petição inicial foi distribuída ao Juízo X, dotado de competência para a matéria cível.

Dez dias depois da distribuição da primeira petição inicial, mas ainda antes da citação do réu, Caio ajuizou uma segunda demanda em face de Tício, distribuída ao Juízo Y, também competente para a matéria cível, já então para pleitear a invalidação de todo o contrato. Deduziu-se como causa de pedir a mesma que fora exposta na primeira demanda.

Sabendo-se, ainda, que a citação efetivada no processo em curso no Juízo Y o foi antes daquela referente ao feito em trâmite no Juízo X, é correto afirmar que os processos devem:

- (A) tramitar separadamente, diante da incoerência de conexão ou continência entre as ações;
- (B) ser reunidos, diante da continência entre as ações, sendo prevento o Juízo X;
- (C) ser reunidos, diante da continência entre as ações, sendo prevento o Juízo Y;
- (D) ser reunidos, diante da conexão entre as ações, sendo prevento o Juízo X;
- (E) ser reunidos, diante da conexão entre as ações, sendo prevento o Juízo Y.

58

Entendendo a parte autora que não dispunha de recursos para custear as despesas do processo, requereu ao juiz o deferimento da gratuidade da justiça, o que restou deferido. Questionada pela parte ré a concessão do benefício o juiz, em decisão interlocutória, não revogou sua decisão anterior.

Desejando se insurgir contra esse pronunciamento judicial, poderá a parte ré:

- (A) interpor o recurso de agravo de instrumento;
- (B) interpor apelação, em caso de sentença desfavorável;
- (C) impetrar a via do mandado de segurança, no prazo de 120 dias;
- (D) se conformar, pois a referida decisão é irrecorrível;
- (E) apresentar inconformismo em preliminar de contestação.

59

Em um litisconsórcio passivo, o juiz deixou de designar a audiência de conciliação por entender que esta não seria útil, uma vez que o autor já havia manifestado, na petição inicial, seu desinteresse na sua realização.

Partindo-se da premissa de que cada litisconsorte foi citado pelo oficial de justiça em um dia distinto, o termo inicial da fluência do prazo da contestação será o primeiro dia útil após a data:

- (A) da juntada aos autos do último mandado de citação cumprido, iniciando-se na mesma data para todos os réus;
- (B) da citação pessoal dos réus, iniciando-se o prazo de resposta individualmente para cada um;
- (C) do dia da carga ou vista em que cada réu fizer ao tiver ciência do processo;
- (D) da citação dos advogados dos réus, contando-se o prazo na mesma data para todos os litisconsortes;
- (E) em que o respectivo mandado de citação de cada réu foi acostado aos autos, que terão prazos distintos de resposta.

60

Maria requereu a concessão de tutela provisória de urgência, em um pedido de guarda unilateral de seu filho, para que este fosse retirado da companhia do genitor, ao argumento de que seu filho estaria em situação de risco. Ao receber a inicial, o juiz deferiu liminarmente o requerimento de busca e apreensão do menor e o deferimento à autora da guarda provisória requerida. Após cumprida a ordem, o juiz, então, determinou a citação do réu para comparecimento à audiência de mediação. Ao receber o mandado de citação, pelo oficial de justiça, o réu percebeu que faltavam a cópia da inicial e os documentos mencionados na petição inicial. Só constava, portanto, a indicação da data, hora e local onde se realizaria tal ato.

Nesse cenário, a citação é:

- (A) inválida, pois está desacompanhada de cópia da inicial e dos referidos documentos;
- (B) inválida, pois o mandado de citação deveria ter sido entregue antes do deferimento da tutela provisória;
- (C) inválida, pois não se designa audiência de mediação nas ações de família;
- (D) válida, pois a cópia da petição inicial e a juntada de documentos não são exigidos nas ações de família;
- (E) válida, pois o ato de citação sequer era necessário, uma vez que o réu já tinha ciência do processo pela tutela provisória.

61

No cumprimento de uma ordem de apreensão e depósito de bens, para fins de penhora, em uma execução por quantia certa, percebeu-se que, dentre os bens pertencentes ao devedor, que era solteiro, havia um único imóvel, que estava alugado para uma empresa, um seguro de vida e a quantia de 40 salários mínimos depositada em uma caderneta de poupança.

Nesse cenário, o oficial de justiça:

- (A) poderá penhorar o seguro de vida;
- (B) poderá penhorar o valor do aluguel recebido pelo executado;
- (C) poderá penhorar o valor contido na caderneta de poupança;
- (D) poderá penhorar o imóvel que está alugado;
- (E) não poderá penhorar bem algum, uma vez que todos os bens são absolutamente impenhoráveis.

62

Interposto um recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça, o relator entendeu que o tema versava sobre questão constitucional. Nesse sentido, determinou que o recorrente se manifestasse sobre essa questão específica, bem como demonstrasse a existência de repercussão geral. Após cumprida a diligência requerida, o relator remeteu o recurso ao Supremo Tribunal Federal para que este examinasse se seria cabível a fungibilidade para o recurso extraordinário.

Nesse cenário, o relator agiu de forma:

- (A) incorreta, uma vez que não há fungibilidade recursal no caso, devendo inadmitir o recurso especial por falta de cabimento;
- (B) incorreta, uma vez que deveria inadmitir o recurso especial pela irregularidade formal;
- (C) incorreta, uma vez que deveria negar provimento liminarmente ao recurso especial;
- (D) correta, devendo o Supremo Tribunal Federal examinar como recurso extraordinário, não podendo devolver o recurso ao Superior Tribunal de Justiça;
- (E) correta, uma vez que a lei permite que se converta o recurso especial em recurso extraordinário, caso o tema verse sobre questão constitucional e haja repercussão geral.

63

João, reincidente, cumpre pena, em regime semiaberto, pela prática do crime de furto qualificado. O apenado, no curso da execução, demonstra interesse em participar de atividade, fora do ambiente prisional e sem vigilância direta, que concorra para o seu retorno ao convívio social.

Considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, João poderá obter autorização para a:

- (A) saída temporária, que será concedida por ato motivado do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária, desde que o apenado ostente comportamento adequado, tenha cumprido, no mínimo, um quarto da pena e que o benefício seja compatível com os objetivos da pena;
- (B) permissão de saída, que será concedida por ato motivado do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária, desde que o apenado ostente comportamento adequado, tenha cumprido, no mínimo, um quarto da pena e que o benefício seja compatível com os objetivos da pena;
- (C) permissão de saída, que será concedida por ato motivado do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária, desde que o apenado ostente comportamento adequado, tenha cumprido, no mínimo, um sexto da pena e que o benefício seja compatível com os objetivos da pena;
- (D) saída temporária que será concedida por ato motivado do diretor do estabelecimento prisional, desde que o apenado ostente comportamento adequado, tenha cumprido, no mínimo, um sexto da pena e que o benefício seja compatível com os objetivos da pena;
- (E) permissão de saída, que será concedida por ato motivado do diretor do estabelecimento prisional, desde que o apenado ostente comportamento adequado, tenha cumprido, no mínimo, um sexto da pena e que o benefício seja compatível com os objetivos da pena.

64

Wallace, presidente da República, editou um decreto com o objetivo de extinguir a punibilidade de todos os condenados pela prática do crime de estelionato que, após o início do cumprimento da pena, tenham sido acometidos por paraplegia, comprovada por laudo médico oficial ou, na sua falta, por médico designado pelo juízo da execução, observados os demais requisitos previstos em lei.

Considerando as disposições do Código Penal, a punibilidade dos condenados que se encontram na situação supramencionada será extinta em razão do(a):

- (A) perdão judicial;
- (B) perempção;
- (C) indulto;
- (D) anistia;
- (E) graça.

65

Tício e Mévia vivem em união estável há cinco anos, e têm um filho de dois anos de idade. Em um determinado dia, após chegar do trabalho, Tício constrange a sua companheira, mediante o emprego de uma faca, a ter conjunção carnal e a praticar, no mesmo contexto fático, outros atos libidinosos, como feição e sexo anal. Na data subsequente, a mulher se encaminha à unidade policial mais próxima e dá ciência dos fatos ao delegado de polícia, que instaura um inquérito policial em detrimento de Tício.

Considerando as disposições do Código Penal e o entendimento dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que Tício responderá pela prática do(s) crime(s) de:

- (A) violação sexual mediante fraude, duas vezes, em concurso material, com a incidência de causa de aumento de pena, pois o sujeito ativo é companheiro da vítima;
- (B) estupro de vulnerável, duas vezes, em concurso material, com a incidência de causa de aumento de pena, pois o sujeito ativo é companheiro da vítima;
- (C) estupro, uma vez, com a incidência de causa de aumento de pena, pois o sujeito ativo é companheiro da vítima;
- (D) estupro e atentado violento ao pudor, em concurso material, sem a incidência de causas de aumento de pena;
- (E) estupro de vulnerável, uma vez, sem a incidência de causas de aumento de pena.

66

Tício, agindo com dolo, destruiu floresta considerada de preservação permanente, dando ensejo à deflagração de persecução penal para apurar sua conduta criminosa. Nesse contexto, após a observância do contraditório e da ampla defesa, como consectários do devido processo legal, Tício foi condenado.

Considerando as disposições da Lei nº 9.605/1998, para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará a gravidade do fato, tendo em vista:

- (A) as circunstâncias da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente; os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental; a personalidade do agente; e a situação econômica do infrator, no caso de multa;
- (B) os motivos e as circunstâncias da infração e suas consequências para a ordem pública e para o meio ambiente; os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação penal; e a situação econômica do infrator, no caso de multa;
- (C) os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente; os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental; e a situação econômica do infrator, no caso de multa;
- (D) os motivos da infração e suas consequências para a ordem social e para o meio ambiente; os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação penal; e a situação econômica do infrator, no caso de multa;
- (E) as circunstâncias da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente; os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação penal; a conduta social; e a personalidade do agente.

67

No momento da prolação de sentença condenatória, após a juntada das alegações finais do Ministério Público e da defesa técnica, o juiz verifica que o acusado ostenta diversas anotações em sua Folha de Antecedentes Criminais, dentre as quais três são caracterizadoras de reincidência. Referem-se a condenações definitivas pela prática dos delitos de extorsão (Art. 158 do Código Penal), estupro de vulnerável (Art. 217-A do Código Penal) e corrupção de menores (Art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente).

Considerando a classificação dos crimes quanto ao resultado, a extorsão, o estupro de vulnerável e a corrupção de menores são, respectivamente, crimes:

- (A) material, formal e de mera conduta;
- (B) formal, material e de mera conduta;
- (C) formal, material e material;
- (D) material, material e formal;
- (E) formal, material e formal.

68

João, após adentrar uma casa vazia, subtrai, sem violência ou grave ameaça, R\$ 20.000,00 em espécie, evadindo-se na sequência. No dia seguinte, ao assistir ao noticiário televisivo, João toma ciência de que os valores seriam empregados para o pagamento de cirurgia que uma criança, em breve, realizaria. Assim sendo, sem que houvesse qualquer inquérito policial ou ação penal em andamento, o agente devolve os valores pecuniários aos legítimos proprietários.

Considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João:

- (A) responderá pelo crime praticado, mas a pena do agente será reduzida de um a dois terços, por força da desistência voluntária;
- (B) responderá pelo crime praticado, mas a pena do agente será reduzida de um a dois terços, por força do arrependimento posterior;
- (C) responderá pelo crime praticado, mas a pena do agente será reduzida de um a dois terços, por força do arrependimento eficaz;
- (D) não responderá por qualquer crime, em razão do arrependimento posterior;
- (E) não responderá por qualquer crime, em razão do arrependimento eficaz.

69

Tício, durante caminhada matutina por um parque municipal, aproximou-se de um turista e, sem que este percebesse, subtraiu o seu telefone celular. Após alguns minutos, Tício agindo de forma idêntica, subtraiu o aparelho de telefonia móvel de outra pessoa. Na sequência, o agente subtraiu a carteira de Joana. Registre-se que todos os delitos foram praticados nas mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução.

Considerando as disposições do Código Penal e o entendimento dominante dos Tribunais Superiores, Tício responderá pela prática de três crimes de furto em:

- (A) continuidade delitiva, aplicando-se a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada de um quinto;
- (B) continuidade delitiva, aplicando-se a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada de um quarto;
- (C) concurso formal, aplicando-se a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada de um quarto;
- (D) concurso formal, aplicando-se a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada de um quinto;
- (E) concurso material, aplicando-se as penas de todos os crimes, devidamente somadas.

70

Tício, após anos de estudo, é aprovado no concurso público que sempre almejou, sendo devidamente nomeado e empossado no cargo público. Tão logo encerrou-se o estágio probatório, Tício, prevalecendo-se das funções exercidas no âmbito da repartição pública, falsificou, em parte, determinado livro mercantil.

Considerando as disposições do Código Penal, Tício responderá pela prática do crime de:

- (A) falsificação de documento público, majorado por ter sido praticado por agente público, prevalecendo-se do cargo;
- (B) falsificação de documento particular, majorado por ter sido praticado por agente público, prevalecendo-se do cargo;
- (C) falsidade ideológica, majorado por ter sido praticado por agente público, prevalecendo-se do cargo;
- (D) falsificação de documento particular, sem majorantes;
- (E) falsidade ideológica, sem majorantes.

71

Jonas, delegado de polícia, deflagrou um inquérito policial para apurar a prática de crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo. Contudo, meses após o início das investigações e esgotadas todas as diligências policiais cabíveis, não logrou êxito em apurar a autoria delitiva.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o delegado de polícia:

- (A) não poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da indisponibilidade do procedimento investigativo;
- (B) poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da discricionariedade do procedimento investigativo;
- (C) poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da dispensabilidade do procedimento investigativo;
- (D) não poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da oficialidade do procedimento investigativo;
- (E) poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da oficiosidade do procedimento investigativo.

72

Guilherme, juiz de direito no âmbito do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP), recebe um inquérito policial, com representação de busca e apreensão formulada pela autoridade policial. Contudo, ao analisar o caderno investigativo, o magistrado entende que o feito é da competência da Justiça Federal. Assim, com o declínio de competência, os autos são encaminhados para Catarina, juíza federal no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), que, por também entender que não é competente para o caso, suscita o conflito de competência.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o conflito de competência entre Guilherme, juiz vinculado ao TJAP, e Catarina, juíza federal vinculada ao TRF1, será julgado pelo:

- (A) Tribunal de Justiça do Estado do Amapá;
- (B) Tribunal Regional Federal da 2ª Região;
- (C) Conselho Nacional de Justiça;
- (D) Superior Tribunal de Justiça;
- (E) Supremo Tribunal Federal.

73

João, integrante da facção criminosa “ABC”, durante o cumprimento de pena pela prática do crime de homicídio qualificado, é informado de que será incluído no regime disciplinar diferenciado (RDD), em observância às formalidades legais. Muito preocupado com as restrições que lhe serão impostas, João pergunta a diversas pessoas sobre as peculiaridades do RDD.

Considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, é característico do regime disciplinar diferenciado:

- (A) as visitas quinzenais, de duas pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado judicialmente, com duração de duas horas;
- (B) a vedação ao comparecimento presencial do preso em audiências judiciais, garantindo-se os equipamentos necessários para que o acautelado participe do ato por videoconferência;
- (C) as entrevistas monitoradas, inclusive aquelas com o defensor do preso, em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, salvo expressa autorização judicial em contrário;
- (D) a saída da cela por duas horas diárias para banho de sol, em grupos de até cinco presos, desde que não haja contato com outros acautelados do mesmo grupo criminoso;
- (E) duração máxima de dois anos, admitindo-se uma prorrogação, por igual período, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie.

74

João, advogado, impetrou um *habeas corpus* em favor de Caio, ao argumento de que havia excesso de prazo na instrução processual, considerando que o paciente se encontrava preso preventivamente há três meses, sem que tivesse havido a prolação de sentença em persecução penal afeta ao crime de latrocínio consumado. A Câmara Criminal do Tribunal de Justiça se reuniu, então, para analisar o mérito do remédio constitucional, ocasião em que houve empate na votação, já incluído o voto do presidente do colegiado.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que, em razão do empate nesse caso:

- (A) a sessão do órgão fracionário do Tribunal de Justiça terá prosseguimento com a presença de outros julgadores, que serão convocados em número suficiente para garantir o desempate;
- (B) o julgamento será reiniciado, permitindo-se à defesa técnica trazer novos argumentos durante a sustentação oral, para auxiliar na formação do convencimento do colegiado;
- (C) a sessão do órgão fracionário do Tribunal de Justiça será interrompida e remarcada para o primeiro dia útil desimpedido, para realização de novo julgamento;
- (D) prevalecerá a decisão mais favorável ao paciente;
- (E) prevalecerá a decisão desfavorável ao paciente.

75

O Ministério Público ofereceu denúncia contra Caio, por suposta prática do crime de homicídio tentado em detrimento do policial militar Jonas. Na peça acusatória, o *Parquet* narrou, em síntese, que o acusado teria efetuado diversos disparos de arma de fogo em direção do agente da lei. No curso da persecução penal, o policial militar foi ouvido em juízo, afirmando que, na verdade, Caio efetuou disparos de arma de fogo para o alto, com o objetivo precípuo de fugir da abordagem.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) se o Ministério Público entender cabível nova definição jurídica do fato, em razão do depoimento do policial militar, deverá aditar a denúncia, no prazo de cinco dias, reduzindo-se a termo o aditamento, quando feito oralmente;
- (B) o juiz poderá atribuir nova definição jurídica ao fato, à luz do depoimento do policial militar, desde que haja a concordância do Ministério Público e da defesa, em razão do instituto da *emendatio libelli*;
- (C) a defesa se manifestará sobre a matéria no prazo de cinco dias, findo o qual o juiz proferirá sentença, se o Ministério Público, à luz do depoimento do policial militar, aditar a denúncia;
- (D) o juiz poderá atribuir nova definição jurídica ao fato, à luz do depoimento do policial militar, mesmo sem a concordância do Ministério Público, em razão do instituto da *emendatio libelli*;
- (E) o juiz poderá atribuir nova definição jurídica ao fato, à luz do depoimento do policial militar, mesmo sem a concordância do Ministério Público, em razão do instituto da *mutatio libelli*.

76

Caio, Mévio, Tício e João são pronunciados pela prática do crime de homicídio qualificado, sendo certo que cada acusado possui um advogado diferente, que integra os quadros de escritórios de advocacia distintos. No dia da sessão plenária, encerrada a instrução processual, passa-se à fase dos debates entre o Ministério Público e as defesas.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) o Ministério Público terá três horas e meia, mais duas horas para a réplica. Cada defesa, por sua vez, terá duas horas e meia, mais uma hora e meia para a tréplica;
- (B) o Ministério Público e as defesas reunidas terão, cada um, duas horas e meia, mais duas horas para a réplica da acusação e duas horas para a tréplica das defesas;
- (C) o Ministério Público e as defesas reunidas terão, cada um, três horas e meia, mais duas horas para a réplica da acusação e duas horas para a tréplica das defesas;
- (D) o Ministério Público terá duas horas e meia, mais uma hora e meia para a réplica. Cada defesa, por sua vez, terá uma hora e meia, mais uma hora para a tréplica;
- (E) o Ministério Público e as defesas reunidas terão, cada um, uma hora e meia, mais uma hora para a réplica da acusação e uma hora para a tréplica das defesas.

77

Joana caminhava por um parque do Município Alfa, mexendo no seu telefone celular, de última geração, ocasião em que Tício puxou o bem móvel de sua mão e se evadiu. Após duas semanas de investigação, a Polícia Civil logrou encontrar o agente, que não mais estava na posse do aparelho celular. A ofendida, muito preocupada com o prejuízo financeiro suportado, buscou informações sobre o caminho a ser seguido, na esfera judicial, visando ao ressarcimento dos seus danos materiais.

Nesse caso, considerando as disposições do Código de Processo Penal sobre a ação civil, é correto afirmar que:

- (A) a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito não faz coisa julgada na esfera cível, em razão do princípio da independência das instâncias;
- (B) transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para o efeito de reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros;
- (C) transitada em julgado a sentença condenatória, o ofendido poderá executar o valor fixado a título de reparação mínima ou buscar a liquidação do dano efetivamente sofrido na esfera cível;
- (D) a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime impedirá a propositura da ação civil;
- (E) intentada a ação penal, o juiz da ação civil deverá suspender o curso desta, até o julgamento definitivo daquela.

78

A autoridade policial competente deflagrou inquérito policial para apurar crime de roubo simples tentado, em tese, perpetrado por João. No curso das investigações, o delegado de polícia representou pela decretação da prisão temporária do suposto autor do fato, afirmando e comprovando a imprescindibilidade da medida para as investigações e demonstrando fundadas razões de que João foi o autor do delito perpetrado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.960/1989, é correto afirmar que o juiz:

- (A) não poderá decretar a prisão temporária, porquanto a medida só é cabível nos casos envolvendo roubos circunstanciados pelo emprego de arma de fogo;
- (B) poderá decretar a prisão temporária, a qual terá o prazo de quinze dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade;
- (C) poderá decretar a prisão temporária, a qual terá o prazo de cinco dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade;
- (D) poderá decretar a prisão temporária, a qual terá o prazo de dez dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade;
- (E) não poderá decretar a prisão temporária, porquanto a medida só é cabível nos casos envolvendo roubos consumados.

79

Caio e Tício, agindo em comunhão de ações e desígnios, efetuaram disparos de arma de fogo em detrimento de Mévio, matando-o. Finda a investigação, a autoridade policial indiciou os dois autores do delito pela prática do crime de homicídio qualificado, encaminhando os autos, na sequência, ao Ministério Público, para a formação da sua opinião delitiva.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal e os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a competência, no caso narrado, será determinada pela:

- (A) continência por cumulação subjetiva;
- (B) continência por cumulação objetiva;
- (C) conexão intersubjetiva concursal;
- (D) conexão instrumental;
- (E) conexão teleológica.

80

Finda a instrução processual penal, após a observância de todas as garantias constitucionais e legais, o juiz condenou Caio pela prática do crime de furto qualificado, contrariando as manifestações do Ministério Público e da defesa técnica, que postularam a absolvição do réu. Na sentença, o magistrado fundamentou a sua decisão à luz da prova produzida em contraditório judicial e citou, como argumento de reforço, elementos informativos colhidos no inquérito policial.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, verifica-se que o juiz agiu:

- (A) corretamente, porquanto a sentença condenatória está fundamentada na prova produzida em contraditório judicial, sendo certo que os elementos informativos colhidos no inquérito policial servem, apenas, como argumento de reforço;
- (B) corretamente, porquanto, em observância ao sistema da íntima convicção, a sentença condenatória poderá fundamentar-se na prova produzida em contraditório judicial ou nos elementos informativos colhidos no inquérito policial;
- (C) incorretamente, porquanto não se admite o emprego de elementos informativos colhidos no inquérito policial como argumento de reforço para a prolação de sentença condenatória;
- (D) incorretamente, porquanto não se admite a prolação de sentença condenatória nos casos em que o Ministério Público pede a absolvição do réu, em homenagem ao sistema acusatório;
- (E) incorretamente, porquanto, ante o pedido absolutório formulado pelo Ministério Público, a ação penal será considerada premissa.

Realização

